



Foto: Márcia Luzia Santos do Carmo

Capítulo 3

Amapá

Roberto Porro

Marcelino Guedes

Ana Cláudia Lira Guedes

Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini



Encarte das
microrregiões
geográficas
do estado do
Amapá

3.1

Contextualização

O estado do Amapá, antes território federal, foi criado apenas em 1988, com a promulgação da atual Constituição Brasileira. Desse fato, resulta que a falta de regularização fundiária seja uma das principais dificuldades para o avanço da bioeconomia e do manejo florestal como bases para o funcionamento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. A maior parte das terras do Amapá eram federais e apenas recentemente foram repassadas para o estado, sendo que ainda há uma boa parte de terras com destinação desconhecida e com estrutura fundiária não regularizada (IBGE, 2024).

Essa estrutura fundiária não dificultou a criação das áreas protegidas, como terras indígenas e unidades de conservação, além de assentamentos de reforma agrária ambientalmente diferenciados. Dessa forma, cerca de 74% do território do estado do Amapá está atualmente sob alguma categoria de área protegida, o que coaduna com o perfil de estado mais preservado do Brasil. No Amapá, está localizado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o maior do Brasil, com cerca de 3,8 milhões de hectares, assim como o maior assentamento do País, o Projeto de Assentamento Agroextrativista Maracá. Apenas no sul do estado, mais de 2 milhões de hectares de florestas estão protegidas em unidades de conservação e assentamentos criados em função da ocorrência das castanheiras e do

22

municípios

5

microrregiões
geográficas

83%

de cobertura
florestal
conservada

extrativismo da castanha-do-brasil, que é o segundo produto florestal mais importante do Amapá, depois do açaí. As unidades de conservação de uso sustentável, como reservas extrativistas e florestas de produção madeireira e não madeireira, ocupam quase 30% do território do estado e podem ser usadas para desenvolvimento do manejo e da bioeconomia florestal, incluindo também o pagamento por serviços ambientais (PSA).

O Amapá está situado no extremo norte da Amazônia brasileira e inserido no Platô das Guianas, uma das regiões com a floresta mais pujante e biodiversa do mundo, onde faz divisa internacional com a Guiana Francesa em seu município mais extremo, o Oiapoque. Esse é um dos 16 municípios do estado, que é dividido em quatro microrregiões geográficas e que possui superfície territorial de 142.470,76 km², população de 733.759 habitantes e densidade demográfica em torno de 5 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022a).

O Amapá é um estado dominado essencialmente por florestas e água, apresentando elevado potencial para a bioeconomia. Cerca de 83% do território do estado é ocupado por florestas em bom estado de conservação, sendo que o desmatamento no Amapá foi o menor dentre os desmatamentos nos estados da Amazônia no ano de 2023, com apenas 12 km² de área suprimida. Com efeito, o Amapá vem ostentando, há tempos, o título de estado mais preservado do Brasil, com menos de 3% de sua área total convertida em outros usos da terra.

A pressão do desmatamento ainda não chegou ao Amapá, o que torna o estado um digno representante da Amazônia conservada, cuja floresta ainda não foi eliminada e cujas prioridades ambientais são mais voltadas para evitar o desmatamento do que para restaurar os ecossistemas. No entanto, essa lógica ainda não é dominante quando se trata de bioeconomia, nem na política nacional nem no mercado. Por exemplo, no caso do sequestro de carbono, o mercado paga pelo reflorestamento de áreas já desmatadas ou pelo desmatamento evitado baseado em conservação integral das florestas, mas não reconhece o manejo da floresta em pé como mecanismo de desenvolvimento limpo, apto a receber a compensação. Assim, abordagens de bioeconomia podem ser mais inclusivas, na medida em que se contraponham à visão mercantilista sobre o pagamento por serviços ambientais (PSA), aproximando essa possibilidade dos povos da floresta que trabalham para mantê-la de pé e evitar o desmatamento, como no caso de várias comunidades no estado do Amapá.

A floresta predominante no Amapá é a Ombrófila Densa de terra firme, com quase 10 milhões de hectares, ou 69% da área total do estado. A segunda tipologia florestal predominante são as florestas em áreas úmidas e alagadas, como as várzeas na foz do Rio Amazonas, alcançando 1,8 milhão de hectares. Vale destacar também a ocorrência de cerca de 1,8 milhão de hectares de vegetação arbustiva e herbácea em região onde está ocorrendo a expansão agrícola e do agronegócio no estado, principalmente com a cultura da soja.

Mais de 75% da população do estado vive em regiões metropolitanas: na capital, Macapá, (61%) e em Santana (15%). Dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) apontam que a população masculina é maior, embora, a partir da faixa etária entre 25 e 29 anos, a população feminina passe a prevalecer, indicando, assim, maior longevidade entre as mulheres. Em Macapá e em Santana, as mulheres estão em maior número absoluto, embora a população do sexo masculino seja maioria nos demais 14 municípios amapaenses. Estatisticamente, as proporções de homens e de mulheres no estado do Amapá correspondem, respectivamente, a 49,68% e 50,32%.

Diversas políticas públicas já foram criadas no Amapá em prol da bioeconomia, como os programas de desenvolvimento sustentável do Amapá (PDSA) e a Zona Franca Verde. Várias iniciativas visando fomentar o mercado institucional para produtos da sociobiodiversidade, atualmente implementadas pelo governo federal, como o atual Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dos produtores locais da agricultura familiar para a merenda escolar, já vinham sendo praticadas pelo governo estadual do Amapá desde o início dos anos 2000.

Há cerca de 8.500 estabelecimentos agropecuários no estado, sendo que em torno de 7.000 (82%) são categorizados como da agricultura familiar, com área média de 42 ha. No total, os agricultores familiares ocupam uma área próxima a 20% da área destinada à agropecuária no Amapá,

que, por sua vez, representa menos de 10% do território estadual.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)¹ do Amapá está em sua etapa final. Já passou por audiências públicas e, atualmente, aguarda aprovação na Assembleia Legislativa. A terceira edição do *Macrodiagnóstico do estado do Amapá: primeira aproximação do ZEE* (Rabelo, 2008) é o documento usado, até o momento, para orientar as políticas públicas estaduais.

Em termos de produtos da sociobiodiversidade amazônica com destaque na bioeconomia, além do açaí e da castanha-do-brasil, o estado é produtor e consumidor de diversos outros, como a bacaba, a andiroba, o pracaxi e o cipó-titica. Na produção animal, destacam-se o pescado, o camarão de água doce da foz do Amazonas e a criação de bubalinos. Em relação à agricultura familiar, destacam-se as culturas da mandioca, da banana e do abacaxi. Mais recentemente, o governo do estado, por meio do Programa de Produção Integrada (PPI), tem fomentado a produção

¹ O Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo Decreto nº 4.297/2002 (Brasil, 2002) e tem se destacado como uma das principais ferramentas utilizadas para orientar as políticas públicas na Amazônia e subsidiar a tomada de decisões nos diferentes níveis hierárquicos do aparelho governamental mediante a geração de indicadores, das potencialidades e fragilidades dos meios físico, biótico e socioeconômico com vistas a viabilizar o desenvolvimento sustentável e harmônico do território brasileiro.

de cacau e café. Porém, o Amapá ainda importa a maior parte dos alimentos consumidos pela sua população e está longe da autossuficiência.

Apesar das iniciativas vigentes e do potencial da bioeconomia, a recente discussão e os incentivos à exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas, que defendem uma atividade econômica contrária aos modelos alternativos e inovadores de desenvolvimento local, evidenciam as dificuldades de promover esse desenvolvimento a partir dos recursos naturais e do capital social disponíveis na região. Infelizmente, as comunidades amazônicas continuam sem infraestrutura básica e sem presenciar avanços significativos, enfrentando um elevado êxodo de jovens e de idosos, que precisam sair em busca de cuidados com a saúde. As dificuldades em avançar com a bioeconomia inclusiva e geradora de justiça social abrem espaço para a união de interesses econômicos e políticos em torno da economia do petróleo, que é altamente questionada, principalmente em tempos de emergência climática.

Os pareceres técnicos (Ibama, 2023) que negaram o licenciamento ambiental da atividade petroleira na foz do Rio Amazonas deixam claro que, até agora, não foi possível modelar com precisão os impactos negativos de um possível vazamento de óleo sobre as populações ribeirinhas, devido à intensa dinâmica das águas promovida pelas marés oceânicas. A elevação do nível do mar como resultado da crise climática já estabelecida, associada a outros efeitos como a elevação da temperatura e a redução da precipitação, está causando problemas como a salinização da água em comunidades ribeirinhas e as secas extremas ou inundações das casas em palafitas, afetando a vida das pessoas assim como os produtos da sociobiodiversidade, como o açaí e outros produtos florestais e agrícolas.

Portanto, no contexto do atual cenário de emergência climática visto nos últimos anos em toda a Amazônia, não é plausível a defesa da expansão

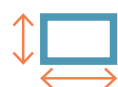
de uma matriz energética e de atividades industriais à base de combustíveis fósseis como o petróleo. Assim, cada vez mais, se tornam urgentes os necessários avanços com a bioeconomia inclusiva para promover o desenvolvimento endógeno local, em bases sustentáveis e a partir da economia dos produtos da sociobiodiversidade amazônica. No entanto, para que a bioeconomia deixe de ser uma solução abstrata para a Amazônia, como está sendo propalada nos discursos mundo afora, é preciso torná-la mais inclusiva, realçando o protagonismo de povos e comunidades tradicionais por meio de atividades que gerem trabalho, riqueza, bem-estar e desenvolvimento com justiça social, que mantenham a floresta em pé e que conservem o meio ambiente.

Os povos e comunidades tradicionais da Amazônia estão presentes em todas as quatro microrregiões geográficas do Amapá, que contam com todos os seus ecossistemas naturais bem conservados, incluindo a biodiversidade e as humanidades². Apesar de cada microrregião contar com especificidades e distintas realidades em termos de sociobiodiversidade, elas se apresentam unidas em torno do mesmo potencial para a bioeconomia inclusiva e da representatividade de povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e castanheiros.

² O termo "humanidades" está incluído no contexto socioecológico ou socioambiental para explicitar que os seres humanos e suas interações fazem parte da biodiversidade e dos ecossistemas naturais. Ou seja, nessa visão, o ser humano é parte constituinte da estrutura e funcionamento da natureza, e não um ser à parte disposto a dominá-la e de cuja ação deletéria a natureza deve ser protegida.

3.2

Demografia e ambiente



Área

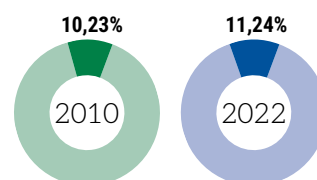
142.470,762 km²



População

733.759 habitantes

População rural



Densidade demográfica

5,15 habitantes por quilômetro quadrado

Densidade demográfica rural

0,58 habitante por quilômetro quadrado

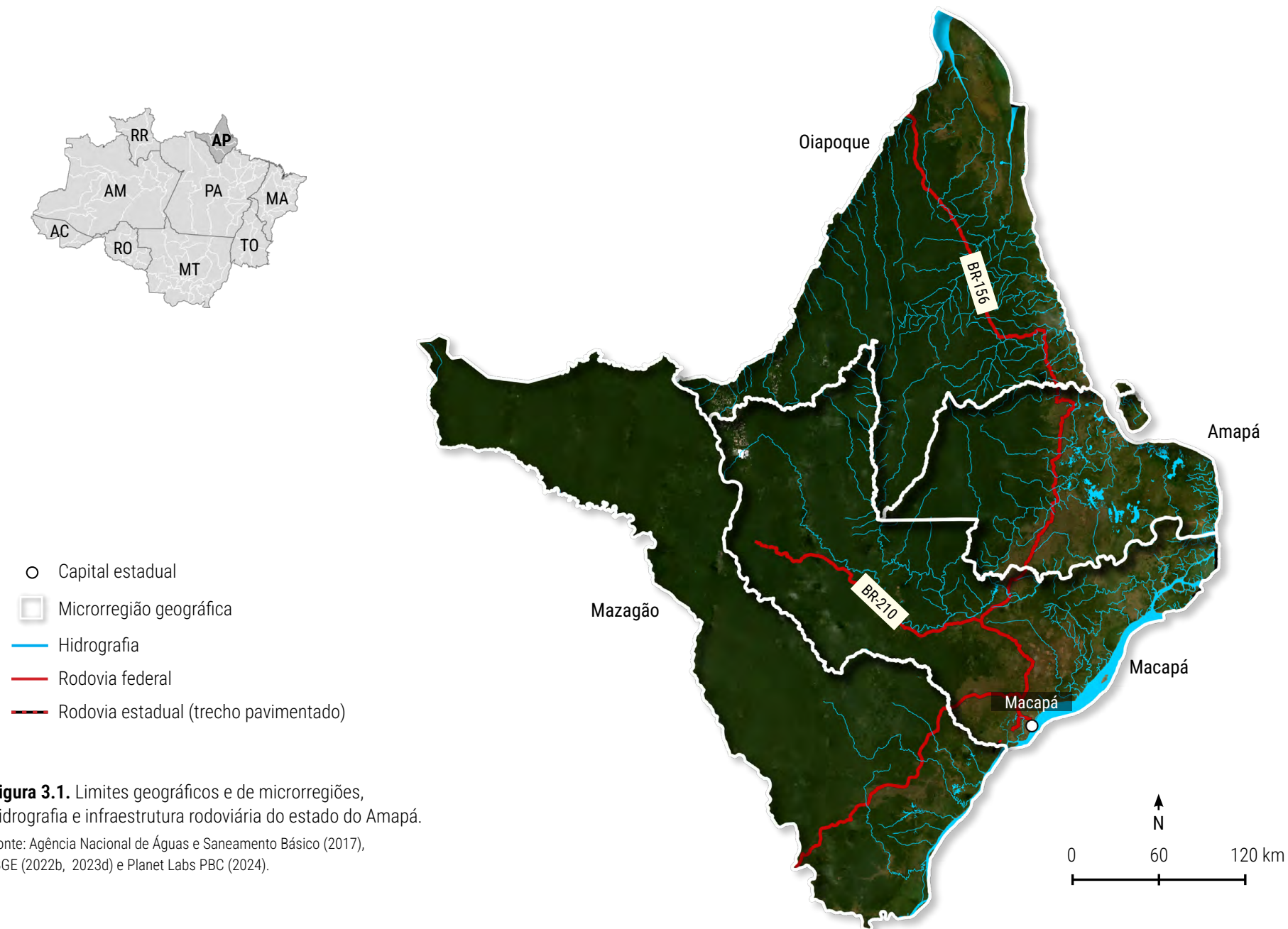
Fonte: IBGE (2010, 2022a).

A Figura 3.1 ilustra a localização e os limites das quatro microrregiões geográficas do estado do Amapá, inseridas em duas mesorregiões: Oiapoque e Amapá compõem a mesorregião do Norte do Amapá, enquanto Macapá e Mazagão constituem a mesorregião do Sul do Amapá. O mapa indica a localização da capital estadual, Macapá, assim como dos principais rios e das duas rodovias federais situadas no estado (BR-210 e BR-156).

Em termos de superfície territorial, o Amapá é o menor estado da Amazônia Legal Brasileira. Quanto às características demográficas, o índice de 11,24% de população rural, conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022a), representa um aumento superior a 1% quando comparado aos 10,23% registrados no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) e resulta em uma densidade demográfica rural³ de 0,58 habitante por quilômetro quadrado (equivalente a 100 ha).

Em relação ao desmatamento e à supressão vegetal, os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional

³ Para o cálculo da densidade demográfica rural, subtraiu-se a área urbanizada do total da área territorial do estado, a partir dos dados de 2023 do Projeto MapBiomas (MapBiomas, 2025).



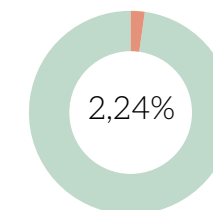
de Pesquisas Espaciais (Inpe) (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025) indicam que o desmatamento acumulado no estado do Amapá alcança 3.195 km², pouco mais de 2,2% da superfície estadual, sendo que apenas 1,8% desta área (56 km² ou 0,04% da área total do estado) foi desmatada nos últimos 5 anos. Por outro lado, a supressão de vegetação em área não florestada alcança, no estado do Amapá, uma área cumulativa de 1.963 km² (1,38% da área estadual).

A Figura 3.2 apresenta a ocorrência absoluta (ha) e relativa (%) das cinco classes de cobertura da terra utilizadas pelo Projeto MapBiomas⁴, assim como as áreas de 14 das 18 subclasses desta tipologia que ocorrem no estado. A partir dos dados do Projeto MapBiomas, é possível deduzir que, da pequena área desmatada no estado do Amapá, 53% foi convertida em pastagens, 39% para silvicultura e apenas 8% para agricultura. Vale destacar que, no estado do Amapá, não foram identificadas áreas classificadas como “mosaico de usos”, que, de acordo com a metodologia MapBiomas, refere-se a “áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura” (MapBiomas, 2024a).

⁴ “O projeto MapBiomas é uma iniciativa do Observatório do Clima, co-criada e desenvolvida por uma rede multi-institucional envolvendo universidades, organizações não governamentais e empresas de tecnologia com os propósitos de mapear anualmente a cobertura e uso da terra do Brasil e monitorar as mudanças do território” (Mapbiomas, 2024b).

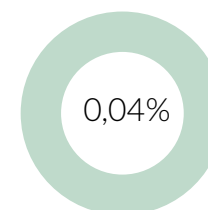
Desmatamento acumulado (2024)

3.194,95 km²



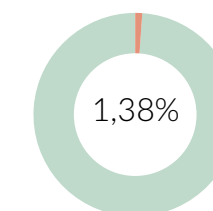
Desmatamento recente (2020–2024)

56,24 km²



Supressão acumulada de vegetação em área não florestada (2023)

1.963,38 km²



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2025).

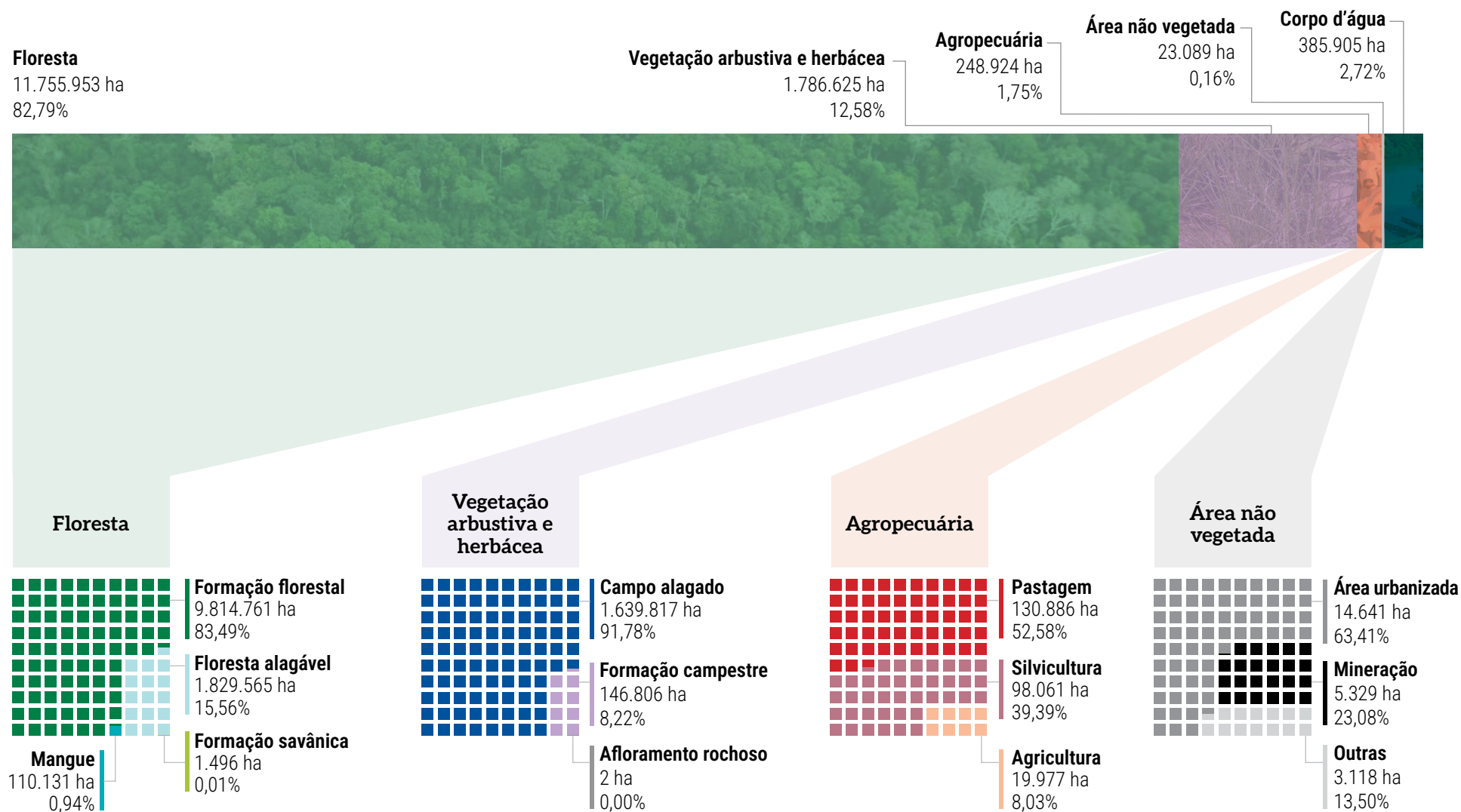


Figura 3.2. Classes e subclasses de cobertura da terra do estado do Amapá em 2023.

Fonte: MapBiomias (2025).

3.3

Estrutura fundiária e categorias territoriais

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o estado do Amapá contava, em 2017, com pouco mais de 8.500 estabelecimentos rurais, perfazendo uma área de 1,5 milhão de hectares, ou cerca de 10,6% da superfície estadual, conforme apresentado na Figura 3.3. Estabelecimentos considerados da agricultura familiar representavam 82% deste contingente, ocupando área pouco superior a 2% do total. Entre esses, pouco mais da metade (57%) era constituído pelo segmento de acesso ao crédito rural na categoria B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo mais vulneráveis, tendo menor nível de renda e cuja área média do estabelecimento equivalia a cerca de um quinto da área média do total de estabelecimentos no estado (IBGE, 2017).

Conforme salientado na descrição metodológica apresentada no primeiro capítulo desta publicação, para evitar duplicidade de informações sobre a categoria de assentamentos de reforma agrária (obtidas a partir da base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – e apresentadas posteriormente nesta seção), os dados (número e área) para a categoria de estabelecimentos definidos pelo IBGE como “assentados ou concessionários aguardando titulação” são tratados separadamente, conforme apresentado na Figura 3.3, sendo também excluídos

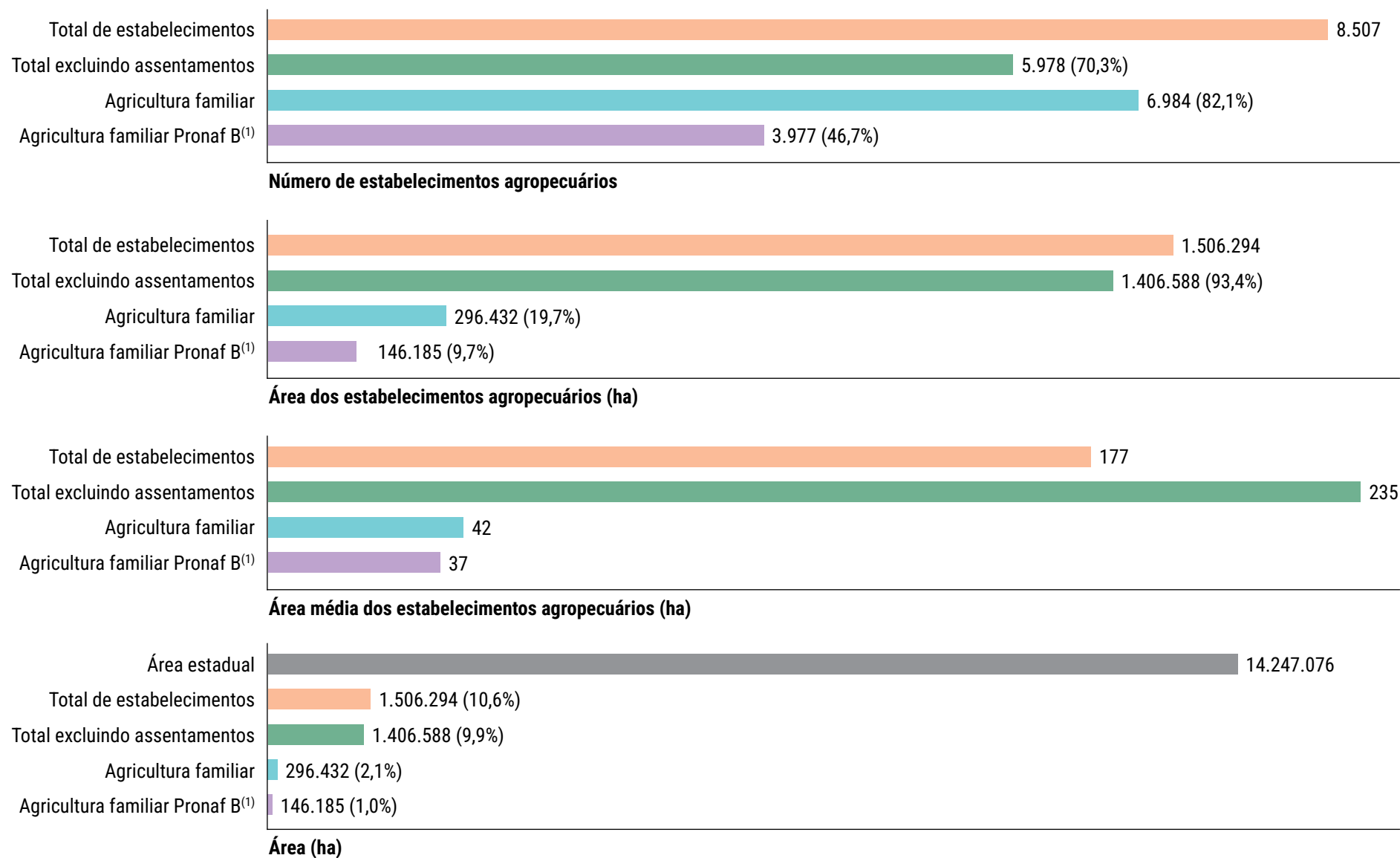


Figura 3.3. Estabelecimentos agropecuários do estado do Amapá.

⁽¹⁾ Refere-se à categoria B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Fonte: IBGE (2017).

da representação na Tabela 3.1 e Figura 3.4. No caso do Amapá, esses dados se referem a 2.429 estabelecimentos (29% do total) que ocupavam 99.706 ha (7% da área total).

A Tabela 3.1 e a Figura 3.4 sintetizam a ocorrência das categorias territoriais no estado do Amapá e suas respectivas áreas e populações residentes, conforme as bases de dados consultadas. A tabela indica que são 6 terras indígenas, 31 territórios quilombolas, 12 unidades de conservação (excluindo áreas de proteção ambiental) e 53 assentamentos de reforma agrária (considerando todas as modalidades), reunindo um total estimado de 17.951 famílias ou domicílios, que devem ser somados às famílias residentes em 6.078 estabelecimentos agropecuários (após a exclusão dos assentamentos), totalizando cerca de 24 mil famílias. Considerando a área total do estado (cerca 142 mil quilômetros quadrados), as unidades de conservação de proteção integral são a categoria territorial de maior relevância (33,2% da área), seguidas das florestas nacionais e estaduais (18,7%), dos estabelecimentos agropecuários (9,7%) e das terras indígenas (8,4%).

Três procedimentos foram realizados para o tratamento dos dados no sentido de reduzir áreas sobrepostas e obter uma aproximação do que seria a participação relativa de cada categoria territorial no total da área do estado do Amapá. O primeiro foi o já mencionado ajuste relativo à categoria “estabelecimentos agropecuários” mediante a exclusão dos estabelecimentos classificados como concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva. O segundo

Tabela 3.1. Categorias territoriais do estado do Amapá.

Categoria territorial	Número	Área (ha)	Área (%)	Número de domicílios
Terra indígena (TI)	6	1.191.137	8,4	1.493
Território quilombola (TQ)	31	155.284	1,1	1.433
Território agroextrativista (TAE)				
Reserva extrativista (Resex)	2	573.404	4,0	1.427
Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS)	1	870.696	6,1	15
Floresta nacional (Flona) ou Floresta estadual (FES)	2	2.825.619	19,8	268
Projeto de assentamento agroextrativista e projeto estadual de assentamento agroextrativista (PAE e Peaex)	21	734.225	5,2	6.862
Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS)	1	10.681	0,1	172
Assentamento convencional	31	998.633	7,0	6.280
Estabelecimento agropecuário	6.078	1.406.558	9,8	6.078
Unidade de conservação de proteção integral	7	4.776.568	33,2	–
Terra com destinação desconhecida	–	541.148	3,8	–
Área urbanizada	–	14.641	0,1	–
Corpo d’água	–	385.905	2,7	–

Traço (–): Informação não aplicável.
Fonte: IBGE (2017, 2022a), Comissão Pró-Índio de São Paulo (2024), Funai (2024), Incra (2025), Instituto Socioambiental (2025a, 2025b) e MapBiomias (2025).

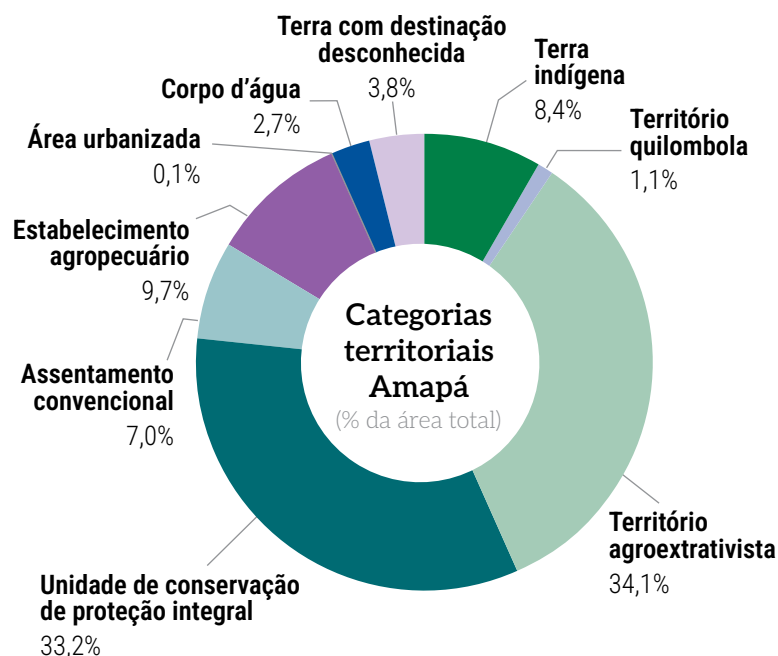


Figura 3.4. Categorias territoriais (% da área total) do estado do Amapá, após excluir sobreposições.

Fonte: IBGE (2017, 2022a), Comissão Pró-índio de São Paulo (2024), Funai (2024), Incra (2025), Instituto Socioambiental (2025a, 2025b) e MapBiomas (2025).

ajuste consistiu na identificação e exclusão de áreas com sobreposição entre nove categorias territoriais, sendo adotada a seguinte ordem de priorização para manutenção da área em uma das categorias sobrepostas e sua exclusão da outra: (1) terra indígena (TI); (2) território quilombola (TQ); (3) reserva extrativista (Resex); (4) reserva de desenvolvimento sustentável (RDS); (5) projeto de assentamento

agroextrativista (PAE), projeto estadual de assentamento agroextrativista (Peaex) e projeto de assentamento florestal (PAF); (6) projeto de desenvolvimento sustentável (PDS); (7) projeto de assentamento convencional; (8) floresta nacional (Flona) ou floresta estadual (FES); e (9) unidade de conservação de proteção integral.

Vale ressaltar que tal hierarquização foi definida, neste estudo, a partir do critério de priorização de categorias com presença de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (nesta ordem) apenas com o objetivo de simular um cenário de suposta ausência de sobreposições territoriais, não sendo, porém, adotada, por órgãos fundiários ou ambientais.

A Tabela 3.2 relaciona as 17 situações de sobreposição identificadas envolvendo estas categorias territoriais nas respectivas microrregiões geográficas do estado do Amapá. Na primeira coluna da tabela, estão indicadas as unidades territoriais cuja área em sobreposição foi excluída para elaboração da Figura 3.4, enquanto, na última coluna, constam as unidades territoriais cuja área sobreposta foi mantida na elaboração da figura.

Contudo, conforme mencionado no primeiro capítulo, uma das principais limitações deste trabalho reside no fato de não terem sido identificadas sobreposições entre os estabelecimentos agropecuários/imóveis rurais e as demais categorias, fenômeno que constitui a principal fonte de conflitos fundiários na Amazônia. Outra limitação do trabalho consiste na imprecisão dos dados para a categoria “terra

Tabela 3.2. Unidades territoriais em sobreposição no estado do Amapá⁽¹⁾.

Unidade territorial em sobreposição ⁽²⁾	Microrregião geográfica ⁽³⁾				Sobreposição (ha)	Unidade territorial em sobreposição ⁽⁴⁾
	OI	AM	MC	MZ		
1. Parque Nacional do Cabo Orange	X				26.925	Floresta Estadual do Amapá (26.925 ha)
2. Parque Nacional do Cabo Orange	X				17.033	TI Uaçá I e II (17.033 ha)
3. Parque Nacional do Cabo Orange	X				77	PA Vila Velha do Cassiporé (77 ha)
4. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque				X	6.338	TI Waiãpi (5.973 ha), TI Parque do Tumucumaque (365 ha)
5. Floresta Estadual do Amapá			X		67.908	Resex Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo (67.908 ha)
6. Floresta Estadual do Amapá				X	37.092	RDS do Rio Iratapuru (37.092 ha)
	X				345	PA Lourenço (6 ha), PA Carnot (159 ha), PA Vila Velha do Cassiporé (180 ha)
7. Floresta Estadual do Amapá			X		17.777	PA Matão do Piaçacá (10 ha), PA Serra do Navio (677 ha), PA Manoel Jacinto (2.369 ha), PA Munguba (2.890 ha), PA Perimetral (3.183 ha), PA Nova Canaã (3.792 ha), PA Pedra Branca (4.855 ha)
				X	1.050	PA Pancada do Camaipi (1.050 ha)
8. Floresta Estadual do Amapá		X			6.439	Floresta Nacional do Amapá (6.439 ha)
9. Floresta Estadual do Amapá				X	2.209	PAE Maracá (2.209 ha)
10. Floresta Estadual do Amapá	X				5	TI Uaçá I e II (5 ha)
			X		227	TI Waiãpi (227 ha)
11. Floresta Nacional do Amapá		X			21.535	PA Cedro (12.113 ha), PA Bom Jesus (6.516 ha), PA Cujubim (2.612 ha), PA Nova Vida (294 ha)
			X		115	PA Serra do Navio (115 ha)
12. Resex Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo			X		17	TI Waiãpi (17 ha)
13. RDS do Rio Iratapuru			X		1.451	TI Waiãpi (1.451 ha)

Continua...

Tabela 3.2. Continuação.

Unidade territorial em sobreposição ⁽²⁾	Microrregião geográfica ⁽³⁾				Sobreposição (ha)	Unidade territorial em sobreposição ⁽⁴⁾
	OI	AM	MC	MZ		
14. PA Pedra Branca			X		599	Resex Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo (599 ha)
15. PA Igarapé Grande	X				18	TI Galibi (18 ha)
16. PAE Maracá				X	2.202	Resex Rio Cajari (2.202 ha)
17. PAE Maracá				X	148	RDS do Rio Iratapuru (148 ha)

⁽¹⁾ RDS: Reserva de desenvolvimento sustentável; PA: Projeto de assentamento; PAE: Projeto de assentamento agroextrativista; Resex: Reserva extrativista; TI: Terra indígena.

⁽²⁾ Área sobreposta excluída da Figura 3.4.

⁽³⁾ Microrregiões identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – OI: Oiapoque; AM: Amapá; MC: Macapá; e MZ: Mazagão.

⁽⁴⁾ Área mantida da Figura 3.4.

X: Indica a microrregião geográfica onde está situada cada unidade territorial.

Fonte: Brasil (2024d), Funai (2024) e Incra (2025).

com destinação desconhecida”, calculada por subtração entre a área total da microrregião geográfica (MRG) e a soma das outras categorias.

Como artifício utilizado neste trabalho, após os dois ajustes mencionados acima, um terceiro procedimento foi aplicado (caso a soma da área das categorias territoriais ainda superasse a área total da MRG): a área dos estabelecimentos agropecuários foi artificialmente reduzida, de forma que a soma das áreas das categorias territoriais coincidissem com a área total da MRG, sendo feita a devida anotação para indicar o procedimento e dimensionando o fenômeno de disputa por território. Tal situação ocorreu na microrregião do Oiapoque, totalizando área de cerca 28 mil hectares, que foi “descontada” do total que consta da Tabela 3.1, quando comparada à área inicialmente apresentada na Figura 3.3. A categoria “terra com destinação desconhecida”, que resultou em cerca de 541 mil hectares (ou pouco menos de 4% da área estadual), foi calculada por subtração entre a área total do estado e a soma das categorias territoriais. Considerando

a imprecisão da informação declaratória para determinação do número e da área de estabelecimentos agropecuários, a área atribuída a “terras com destinação desconhecida” é provavelmente maior do que a calculada neste estudo. No caso da microrregião do Oiapoque, por exemplo, a metodologia adotada “zera” o quantitativo de terras com destinação desconhecida, o que certamente não procede.

A Figura 3.4 sintetiza os dados da Tabela 3.1 sobre a distribuição relativa da área das categorias territoriais no estado do Amapá, porém levando em consideração as sobreposições identificadas, sendo que relações detalhadas das sobreposições territoriais são também apresentadas nas seções de cada microrregião geográfica, que constituem conteúdo de um encarte a esta obra. Por fim, o mapa da Figura 3.5 apresenta a localização das categorias territoriais no estado, com legendas indicativas e os limites das quatro microrregiões geográficas, enquanto as Tabelas 3.3 e 3.4 relacionam nominalmente as 6 TIs e 12 UCs que ocorrem no estado, indicando suas microrregiões geográficas e a área da respectiva unidade territorial. As tabelas incluem códigos identificadores para as TIs e UCs para facilitar a visualização das áreas nos mapas detalhados (que podem ser verificados no encarte das respectivas microrregiões).

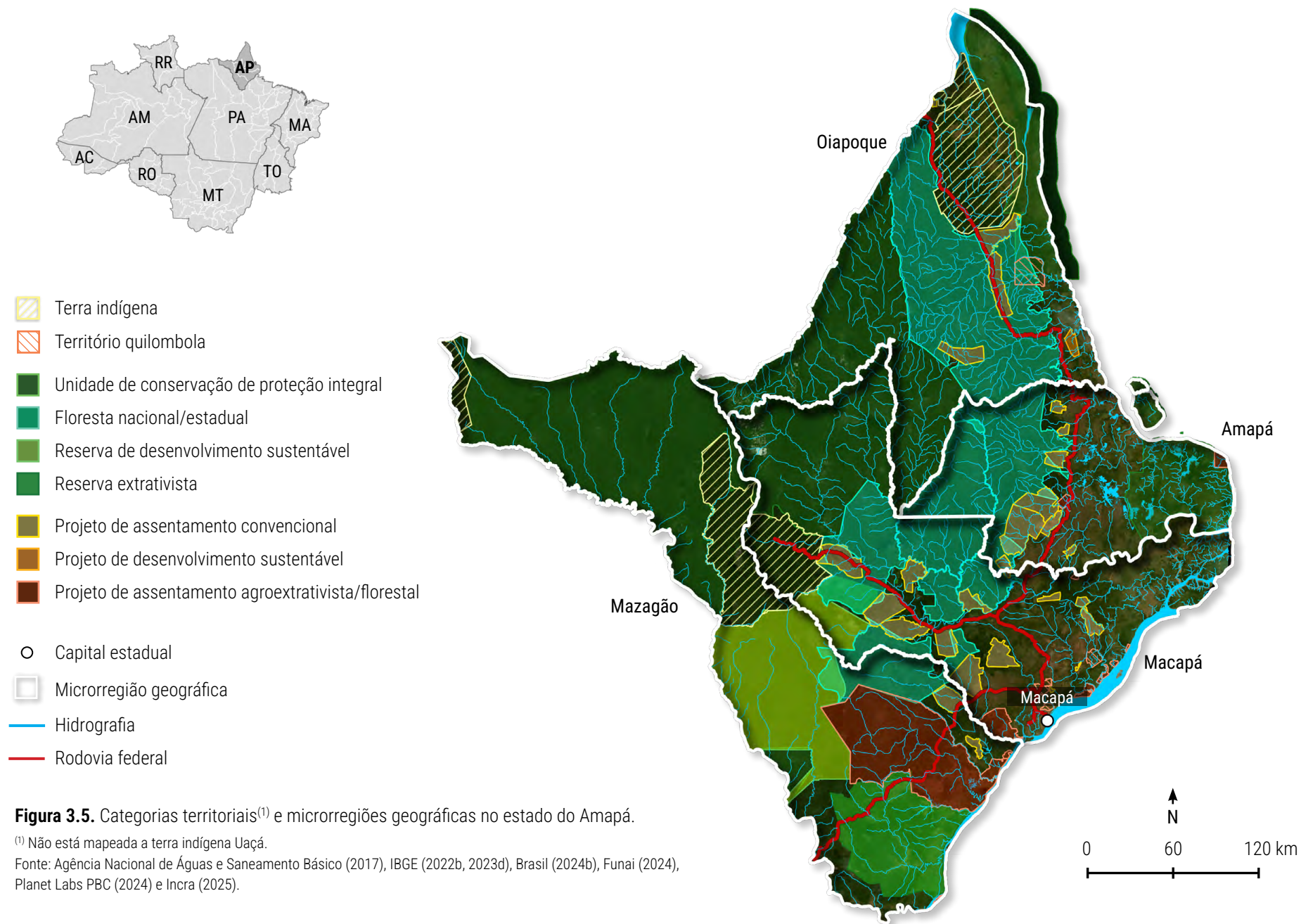


Tabela 3.3. Terras indígenas (TIs) no estado do Amapá.

Identi- ficador	Nome da terra indígena	Microrregião geográfica ⁽¹⁾				Área ⁽²⁾ (ha)	Etnia ⁽³⁾	Situação
		OI	AM	MC	MZ			
TI-098	Galibi	X				6.365,77	Galibi Kali'na e Karipuna do Amapá	Regularizada
TI-135	Juminá	X				43.714,04	Galibi-Marworno e Karipuna do Amapá	Regularizada
TI-242	Parque do Tumucumaque ⁽³⁾				X	61.053,38	Akuriyó, Aparai, Isolados Akurio, isolados do Rio Citaré, Katxuyana, Tiriyo e Wayana	Regularizada
TI-358	Uaçá I e II	X				472.852,63	Galibi-Marworno, Karipuna do Amapá e Palikur	Regularizada
TI-375	Waiãpi			X	X	607.151,66	Wajãpi	Regularizada
...	Uaçá	X				...	Galibi-Marworno, Karipuna do Amapá e Palikur	Em estudo

⁽¹⁾ Microrregiões geográficas identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – OI: Oiapoque; AM: Amapá; MC: Macapá; MZ: Mazagão.
⁽²⁾ Área territorial das terras indígenas é informada conforme registrado na soma das alocações municipais no estado, de acordo com o Painel de Terras Indígenas do Instituto Socioambiental.
⁽³⁾ Etnias relacionadas para a TI Parque do Tumucumaque em sua integralidade, incluindo terras no estado do Pará, e não apenas no estado do Amapá.
X: Indica a microrregião geográfica onde está situada cada terra indígena.
Três-pontos (...): Informação não disponível.
Fonte: Funai (2024) e Instituto Socioambiental (2025b).

Tabela 3.4. Unidades de conservação de proteção integral (UCIs) e unidades de conservação de uso sustentável (UCS) do estado do Amapá.

Identificador	Nome da unidade de conservação	Microrregião geográfica ⁽¹⁾				Área ⁽²⁾ (ha)
		OI	AM	MC	MZ	
UCI-008	Estação Ecológica de Maracá-Jipioca		X			51.665,32
UCI-012	Estação Ecológica do Jari				X	66.633,96
UCI-085	Parque Nacional do Cabo Orange	X				440.057,31
UCI-097	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	X		X	X	3.823.261,11
UCI-112	Parque Natural Municipal do Cancão			X		370,67
UCI-150	Reserva Biológica do Lago Piratuba		X			394.293,28
UCI-152	Reserva Biológica do Parazinho			X		286,00

Continua...

Tabela 3.4. Continuação.

Identificador	Nome da unidade de conservação	Microrregião geográfica ⁽¹⁾				Área ⁽²⁾ (ha)
		OI	AM	MC	MZ	
UCS-022	Floresta Estadual do Amapá	X	X	X	X	2.370.662,63
UCS-031	Floresta Nacional do Amapá		X	X		454.956,71
UCS-079	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru			X	X	870.695,63
UCS-154	Reserva Extrativista Municipal Beija Flor Brilho de Fogo			X		68.524,20
UCS-160	Reserva Extrativista Rio Cajari				X	504.880,01

⁽¹⁾ Microrregiões geográficas identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – OI: Oiapoque; AM: Amapá; MC: Macapá; MZ: Mazagão.

⁽²⁾ Área territorial das unidades de conservação é informada conforme registrado na soma das alocações municipais no estado, de acordo com o Painel de Unidades de Conservação do Instituto Socioambiental.

X: Indica a microrregião geográfica onde está situada cada unidade de conservação.

Fonte: Brasil (2024b), Incra (2025) e Instituto Socioambiental (2025a).

O componente final desta seção refere-se à concentração fundiária. O índice de Gini para concentração de terras no estado do Amapá, calculado a partir das classes de tamanho dos estabelecimentos agropecuários informadas pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), resulta ser de 0,8777. Dentre os nove estados da Amazônia Legal Brasileira, o Amapá apresenta o maior índice de concentração fundiária. Porém, considerando que a área estadual compreendida por estabelecimentos agropecuários alcança apenas 10,6% do total estadual, um hipotético índice de concentração fundiária ajustado para esta proporção resultaria em 0,0930, superior apenas ao verificado no estado do Amazonas.

0,8777 Índice de Gini para concentração de terras

10,6% Área estadual em estabelecimentos agropecuários

0,0930 Índice de concentração fundiária ajustado para o percentual da área estadual em estabelecimentos agropecuários

Fonte: IBGE (2017).

3.4

Produção agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura

O IBGE é a fonte dos dados apresentados nesta seção, sendo utilizados os resultados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e as estimativas mais recentes referentes ao ano de 2023 para a produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a), produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b) e produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c). Apesar dos 6 anos que separam as datas de referência de cada instrumento, é significativa a discrepância, para um mesmo produto ou espécie, entre valores reportados pelo Censo Agropecuário de 2017 e pelas estimativas anuais de 2023, o que justifica que ambos sejam apresentados neste trabalho. Não há equivalência completa entre produtos e espécies reportadas pelos dois instrumentos. Por essa razão, quando ocorrer, a indisponibilidade do dado é indicada no corpo das tabelas, conforme convenção explicada em nota de rodapé. Para melhor identificar os produtos de maior relevância econômica em cada segmento, são utilizadas cores diferenciadas nas tabelas, sendo necessário destacar que os dados se referem à quantidade total produzida e não apenas à que foi comercializada. Devido à política de proteção da confidencialidade das respostas individuais adotada pelo IBGE, quando menos de três informantes respondem à determinada

pergunta do Censo Agropecuário de 2017, suas respostas são omitidas nas tabelas disponibilizadas, sendo expressas pelo símbolo “X”.

Extração vegetal

A produção da extração vegetal para 30 produtos não madeireiros é reportada na Tabela 3.5. Para cada uma destas espécies e produtos, são informados o número total de estabelecimentos que registraram a respectiva produção no Censo Agropecuário de 2017, as quantidades produzidas e os respectivos valores, sendo, neste caso, apresentados os dados das duas fontes (IBGE, 2017, 2023b). No estado do Amapá, foram reportados 23 dos 30 produtos do extrativismo não madeireiro, sendo que 6 deles (açaí, castanha-do-brasil, bacaba, andiroba, cajarana e cupuaçu) apresentam relevância econômica, definida, neste estudo, como valor da produção anual superior a R\$ 1 milhão em pelo menos uma das pesquisas e/ou a produção reportada em pelo menos 100 estabelecimentos agropecuários.

O açaí é destacadamente o produto extrativista de maior relevância no estado do Amapá, seja pelo número de estabelecimentos que reportaram a produção (2.595), seja pelo valor da produção. Nesse quesito, chama atenção, porém, a discrepância entre as fontes de dados do próprio IBGE. Enquanto o Censo Agropecuário de 2017 registra o valor da produção de açaí oriundo do extrativismo em cerca de R\$ 33 milhões, a pesquisa anual de 2023 estima esse valor em menos de R\$ 10 milhões. O mesmo ocorre com a castanha-do-brasil, com valor de R\$ 8,8 milhões (IBGE, 2017) e R\$ 1,2 milhão (IBGE, 2023b). No estado do Amapá, nenhum outro produto do extrativismo vegetal não madeireiro alcança valor de produção anual superior a R\$ 1 milhão, mas quatro produtos tiveram produção reportada em mais de 100 estabelecimentos rurais: bacaba (em 602), cajarana (em 238), andiroba (em 167) e cupuaçu (em 158). Em relação ao cupuaçu, é, porém, importante verificar se essa produção consiste, de fato, em extrativismo e não em cultivo.

Tabela 3.5. Produtos da extração vegetal no estado do Amapá.

Produto da extração vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t)		Valor da produção (mil R\$)	
		Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾
Açaí	2.595	19.062	3.296	32.693	9.852
Andiroba	167	38	...	261	...
Babaçu (amêndoa)	1	X	0	X	0
Babaçu (coco)	3	1	...	1	...
Bacaba	602	773	...	790	...
Bacuri	74	6	...	10	...
Baru	0	0	...	0	...
Borracha	1	X	0	X	0
Buriti	57	40	...	99	...
Cacau	54	4	...	8	...
Cajarana	238	258	...	334	...
Camu-camu	0	0	...	0	...
Castanha-do-brasil	522	1.368	384	8.811	1.194
Copaíba	42	2	0	10	0
Cumaru	5	0	0	1	0
Cupuaçu	158	80	...	137	...
Jaborandi	0	0	0	0	0
Juçara	0	0	...	0	...
Maçaranduba	31	0	0	1	0
Macaúba	0	0	...	0	...
Mangaba	3	2	0	10	0
Murici	56	10	...	53	...

Continua...

Tabela 3.5. Continuação.

Produto da extração vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t)		Valor da produção (mil R\$)	
		Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾
Murumuru	38	24	...	26	...
Palmito	51	33	13	56	37
Pequi	89	7	0	20	0
Piaçava	0	0	0	0	0
Pupunha	28	7	...	18	...
Tucum	...	...	0	...	0
Tucumã	56	22	...	109	...
Ucuuba	1	X	...	X	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023b).

Silvicultura

Com relação à produção da silvicultura no estado do Amapá, a Tabela 3.6 indica que 28 estabelecimentos registraram plantios florestais no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), mas apenas 6 destes geraram produtos. Registra-se o plantio de 61 milhões de árvores, praticamente a totalidade sendo eucalipto, em área cortada de 7.134 ha, para um valor de produção superior a R\$ 33 milhões. Já na pesquisa anual para PEVS (IBGE, 2023b), a produção da silvicultura no Amapá registrou valor de cerca R\$ 160 milhões, 96% referente à madeira em tora para produção de papel e celulose, cuja área plantada foi estimada em mais de 60 mil hectares.

Tabela 3.6. Produtos da silvicultura no estado do Amapá.

Produto da silvicultura	Número de estabelecimentos agropecuários		Área (ha)		Número de pés (mil)	Valor da produção (mil R\$)				
	Agro 2017 ⁽¹⁾		Cortada	Total		PEVS 2023 ⁽²⁾				Agro 2017 ⁽¹⁾
	Com espécie	Com produto	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾		Lenha	Madeira em tora: papel	Madeira em tora: outro	Carvão	Total
Total	28	6	7.134	60.316	60.906	0	153.285	7.028	0	160.313
Eucalipto	19	...	7.134	58.798	60.898	...	...	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).
⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b).
Três-pontos (...): Informação não disponível.
Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.
Fonte: IBGE (2017, 2023b).

Agricultura

A produção agrícola do estado do Amapá é apresentada nas Tabelas 3.7 e 3.8, incluindo 36 espécies distribuídas em três categorias [culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas e culturas anuais ou bianuais (nativas ou exóticas)], cada qual com 12 espécies. São informados o número total de estabelecimentos que reportaram a respectiva produção (e, no caso de culturas perenes, aqueles com menos de 50 pés e com 50 pés ou mais) e o número de pés (colhidos) de cada espécie. São também reportadas as áreas total (IBGE, 2017, 2023a) e colhida (IBGE, 2023a) para culturas perenes e, para culturas anuais e bianuais, informa-se a área colhida conforme as duas bases de dados.

No estado do Amapá, as espécies nativas cultivadas reportadas pelo maior número de estabelecimentos agropecuários no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) foram cupuaçu (3.088), açaí (2.816), caju (2.213) e pupunha (1.952), enquanto, em termos de valor da produção, destacaram-se açaí (R\$ 16,4 milhões em 1.867 ha colhidos), cupuaçu (R\$ 2,1 milhões em 472 ha colhidos) e pupunha (R\$ 1,3 milhão em 100 ha colhidos). Considerando as estimativas de IBGE (2023a), apenas a produção de 84 ha de maracujá foi valorada em mais de R\$ 1 milhão. Para culturas perenes exóticas, os dados de IBGE (2017, 2023) indicam, respectivamente, duas e três espécies, cada uma com valor da produção superior a R\$ 1 milhão, com destaque para banana [R\$ 5,3 milhões em área colhida de 1.707 ha conforme

Tabela 3.7. Produtos da agricultura no estado do Amapá: culturas perenes.

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários			Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área (ha)			Número de pés (mil)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾							Agro 2017 ⁽¹⁾			Agro 2017 ⁽¹⁾		
	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total
Culturas perenes de espécies nativas													
Açaí	915	1.901	2.816	8.987	0	16.390	0	4.572	1.867	0	4	4.203	1.515
Borracha / seringueira	3	0	3	X	0	0	0	X	X	0	X	X	X
Cacau	293	19	312	3	0	10	0	22	17	0	1	3	2
Caju	2.012	201	2.213	59	0	180	0	139	64	0	11	47	18
Camu-camu	5	0	5	X	...	X	...	X	X	...	0	X	X
Cupuaçu	2.103	985	3.088	722	0	2.109	0	1.110	472	0	20	335	137
Goiaba	1.556	70	1.626	33	0	111	0	41	22	0	8	9	3
Guaraná	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maracujá	307	133	440	220	507	906	1.081	100	55	84	2	42	26
Palmito	13	6	19	2	0	2	0	5	4	0	0	2	2
Pupunha	1.679	273	1.952	252	0	1.302	0	169	100	0	14	39	24
Urucum	319	5	324	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0

Continua...

Tabela 3.7. Continuação.

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários			Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área (ha)			Número de pés (mil)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾										Agro 2017 ⁽¹⁾		
	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total
Culturas perenes de espécies exóticas													
Acerola	831	88	919	155	...	386	...	64	41	...	4	25	14
Banana	2.046	1.460	3.506	3.902	15.614	5.338	30.243	1.053	584	1.707	22	631	331
Café	97	17	114	1	0	4	0	7	2	0	1	2	0
Coco-da-bahia	1.951	261	2.212	304	0	461	0	185	72	0	16	45	14
Dendê	14	1	15	X	0	X	0	X	X	0	0	X	X
Graviola	1.678	142	1.820	28	...	182	...	92	27	...	10	27	6
Laranja	1.433	264	1.697	1.484	3.316	1.936	4.739	340	221	509	9	85	64
Limão	2.277	98	2.375	115	0	408	0	63	20	0	13	15	5
Mamão	506	57	563	63	490	170	1.271	40	15	70	2	24	6
Manga	2.156	61	2.217	144	0	314	0	73	42	0	12	7	4
Pimenta-do-reino	25	30	55	16	0	135	0	27	12	0	0	31	12
Tangerina	459	29	488	27	0	88	0	22	11	0	2	3	2

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceções: Quantidades informadas para banana (IBGE, 2023a) referem-se a cachos, e quantidades informadas para coco-da-bahia referem-se a mil frutos, conforme dados de IBGE (2023a).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a).

Tabela 3.8. Produtos da agricultura no estado do Amapá: culturas anuais ou bianuais (nativas ou exóticas).

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área colhida (ha)	
	Agro 2017 ⁽¹⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾
Abacaxi	1.192	3.169	9.059	6.287	18.898	415	1.168
Abóbora	861	863	...	1.194	...	229	...
Amendoim	41	4	0	8	0	26	0
Arroz	240	278	781	409	798	193	754
Cana-de-açúcar	1.008	1.207	5.315	1.176	2.758	142	223
Fava	28	3	0	3	0	1	0
Feijão	373	194	963	303	1.465	220	1.067
Malva	0	0	0	0	0	0	0
Mandioca	4.785	36.203	95.110	57.455	52.006	5.262	9.007
Melancia	528	2.470	2.250	3.113	5.232	404	398
Milho	1.001	1.333	2.217	1.604	2.261	839	2.294
Soja	16	33.482	19.536	36.978	23.264	11.606	7.350

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceções: Quantidades informadas para abacaxi referem-se a mil frutos, conforme dados de IBGE (2023a).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a).

IBGE (2017) e R\$ 30,2 milhões conforme IBGE (2023a)] e laranja [R\$ 1,9 milhão em 509 ha conforme IBGE (2017), e R\$ 4,7 milhões conforme IBGE (2023a)], havendo cerca de 3.500 estabelecimentos com produção de banana e 1.700 com produção de laranja. Embora quatro outras culturas perenes tenham sido reportadas por mais de mil produtores em 2017 (limão, manga, coco-da-bahia e graviola), nenhuma alcançou valor superior a R\$ 1 milhão. Já nas estimativas do IBGE de 2023, o valor da produção de mamão superou R\$ 1,2 milhão.

Por fim, em relação às culturas anuais e bianuais, mandioca e soja são as de maior destaque no Amapá, inclusive entre todos os 36 produtos da agricultura do estado, com valores de produção conforme IBGE (2017) de R\$ 57 milhões para a mandioca (em 5.262 ha cultivados por 4.785 produtores) e R\$ 37 milhões para a soja (em 11.606 ha cultivados em apenas 16 estabelecimentos). As estimativas de IBGE (2023a) registraram valores inferiores para a mandioca (R\$ 52 milhões em 9.007 ha) e para a soja (R\$ 23 milhões em 7.350 ha). Outras culturas anuais de destaque em 2017 no estado do Amapá são abacaxi, com valor da produção em 2017 de R\$ 6,3 milhões em 415 ha cultivados por 1.192 produtores, e melancia, com valor da produção anual de R\$ 3,1 milhões em 404 ha cultivados por 528 produtores. Segundo as estimativas de IBGE (2023a), os valores da produção de abacaxi e melancia alcançaram, respectivamente, R\$ 18,9 milhões e R\$ 5,2 milhões.

Criação animal

A Tabela 3.9 exibe os dados relativos ao rebanho de 13 espécies da criação animal no estado do Amapá. As variáveis apresentadas incluem o número de estabelecimentos que registram a respectiva criação e, dentre estes, o quantitativo de estabelecimentos que comercializaram animais no ano de referência do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Nesse quesito, destaca-se a criação de galináceos (galos, galinhas, frangas, frangos e pintos), reportada por 3.545 estabelecimentos (equivalente a 42% do total no estado), embora menos de 40% destes (1.393 estabelecimentos) indiquem terem comercializado estes animais. O registro de 1.709 estabelecimentos com criação de suínos (20% do total de estabelecimentos) representa a segunda maior frequência dentre aqueles com criação animal no estado do Amapá, sendo que 45% destes estabelecimentos comercializaram este rebanho no ano de referência do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Em seguida, observam-se criações de patos e gansos (16% dos estabelecimentos) e de bubalinos (10,5% dos estabelecimentos, sendo que 62% destes venderam animais).

Considerando o tamanho do rebanho, as projeções do IBGE (2023c) para PPM indicam o quantitativo de 326 mil reses bubalinas no estado do Amapá, seguido de 74 mil galináceos e 55 mil bovinos. A receita proveniente da venda

Tabela 3.9. Rebanho animal no estado do Amapá.

Rebanho animal	Número de estabelecimentos agropecuários				Rebanho total (cabeças) ⁽²⁾		Rebanho vendido	
	Agro 2017 ⁽¹⁾				Agro 2017 ⁽¹⁾	PPM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	
	Com menos de 50 cabeças	Com 50 cabeças ou mais	Total	Com venda			Cabeças	Valor da venda (mil R\$)
Bovinos	520	164	684	357	36.481	54.842	8.998	10.163
Bubalinos	...	...	891	550	223.893	326.026	30.499	39.208
Equinos	...	...	638	61	9.838	8.975	317	564
Asininos	...	...	23	1	48	...	X	X
Muares	...	...	67	7	189	...	29	35
Caprinos	...	...	122	24	1.770	1.883	153	34
Ovinos	...	...	161	41	2.725	2.241	588	122
Suíños	100	1.609	1.709	767	29.895	27.964	14.489	3.973
Galináceos	...	...	3.545	1.393	212.302	74.124	141.000	3.236
Codornas	...	...	25	...	1.773	...	373	3
Patos e gansos	...	...	1.325	...	31.193	...	...	...
Perus	...	...	108	...	704	...	...	...
Abelhas	...	...	29	...	513	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceção: Quantidade informada para abelhas refere-se ao número de caixas (colmeias).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

de reses não é informada nas pesquisas anuais da PPM, sendo esta informação exclusiva para o ano de referência do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Nesse ano, destaca-se, no Amapá, o valor da venda de bubalinos (R\$ 39 milhões, referentes à venda de 30.499 cabeças), seguido da venda de bovinos (R\$ 10 milhões, por 9 mil cabeças) e suínos (R\$ 4 milhões, por 14 mil unidades).

Já em relação aos produtos da criação animal, a Tabela 3.10 indica as produções de ovos (de galinha e codorna), leite e mel no estado do Amapá, com destaque para a produção de leite, que, porém, ocorreu em menos de 2% dos estabelecimentos agropecuários do estado e chegou a valores de produção de R\$ 4 milhões – segundo IBGE (2017) – e R\$ 16,5 milhões – conforme IBGE (2023c). A produção de ovos ocorreu em 23% dos estabelecimentos, com valor de R\$ 1,9 milhão em 2017 e estimativa de apenas R\$ 199 mil em 2023 – segundo IBGE (2023c).

Tabela 3.10. Produtos da criação animal no estado do Amapá.

Produto da criação animal	Número de estabelecimentos agropecuários		Quantidade			Valor (mil R\$)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾		Agro 2017 ⁽¹⁾		PPM 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾		PPM 2023 ⁽²⁾
	Com produção	Com venda	Produção	Venda	Produção	Produção	Venda	Produção
Ovo de galinha (mil dúzias)	1.933	...	302	61	48	1.859	359	199
Ovo de codorna (mil dúzias)	25	...	4	1	...	15	6	...
Leite (mil litros)	155	48	1.507	421	4.912	4.043	986	16.468
Mel (kg)	28	18	...	8.000	19.378	233	233	501

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

Por fim, a Tabela 3.11 apresenta os dados da aquicultura e piscicultura no estado do Amapá. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) indica que 97% do valor da produção da aquicultura naquele ano (R\$ 6,7 milhões) consistiram em produtos da piscicultura registrados em 157 estabelecimentos. Já os dados da estimativa de 2023 da PPM (IBGE, 2023c) indicam o valor da produção da piscicultura de R\$ 12,6 milhões, sendo o tambaqui responsável por 60% deste total (R\$ 7,6 milhões). Dentre outras espécies ou híbridos em destaque na piscicultura no estado do Amapá, estão o tambacu (R\$ 2,3 milhões) e a pirapitinga (R\$ 1,6 milhão). Embora os dados relativos à pesca artesanal não sejam informados nas pesquisas do IBGE, o Painel Unificado de Registro Geral da Atividade Pesqueira, do Ministério da Pesca e Aquicultura (Brasil, 2024a), registra, para o estado do Amapá, o quantitativo de 15.335 pescadores.

15.335

Número de pescadores

Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira

Fonte: Brasil (2024a).

Tabela 3.11. Produtos da aquicultura e piscicultura no estado do Amapá.

Aquicultura e piscicultura	Agro 2017 ⁽¹⁾			PPM 2023 ⁽²⁾	
	Número de estabelecimentos agropecuários	Produção (t)	Valor (mil R\$)	Produção (kg)	Valor (mil R\$)
Total aquicultura	188	...	6.744	...	...
Total piscicultura	157	608	6.531	...	12.607
Carpa	...	...	...	...	...
Curimatá	...	...	...	...	...
Dourado	...	...	...	...	...
Jatuarana	...	...	...	...	...
Lambari	...	...	...	...	...
Matrinxã	...	...	...	...	...
Pacu e patinga	...	...	...	...	...
Piaua e piapara	...	...	...	...	...
Pintado (surubim)	...	...	...	...	...
Pirapitinga	...	...	...	123.383	1.626
Pirarucu	...	...	...	6.895	172
Tambacu	...	...	...	186.488	2.267
Tambaqui	...	...	...	569.788	7.595
Tilápia	...	...	...	81.376	879
Traíra	...	...	...	...	...
Tucunaré	...	...	...	...	...
Outros peixes	...	...	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

Os dados apresentados nas Tabelas 3.5 a 3.11 são ilustrados em três gráficos que sintetizam informações para o conjunto de atividades dos setores agropecuários e florestal no estado do Amapá. São utilizadas cores distintas, indicadas pela legenda, para oito segmentos: extrativismo, culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas, culturas anuais, criação animal, produtos derivados da criação animal, piscicultura e silvicultura. A Figura 3.6 sintetiza a frequência das atividades econômicas específicas nos estabelecimentos agropecuários do estado, indicando o número de unidades que declararam a produção extrativista, agrícola, animal ou da silvicultura.

A Figura 3.7 apresenta o valor da produção total (e não apenas daquele derivado da venda) obtido nestes estabelecimentos para cada cultura, espécie ou produto, de acordo com o IBGE (2017), enquanto a Figura 3.8 apresenta os valores relativos às estimativas das pesquisas anuais de PAM, PEVS e PPM de 2023 (IBGE, 2023a, 2023b, 2023c).

A Tabela 3.12 e as Figuras 3.9 e 3.10 sintetizam comparativamente os valores das receitas provenientes de cada um destes segmentos produtivos para os dois períodos e fontes de dados utilizados. A tabela reporta os valores absoluto e relativo das produções agropecuária, extrativista e da silvicultura para o estado do Amapá de acordo com a tipologia de 11 atividades econômicas, enquanto as figuras apresentam a contribuição percentual de cada atividade para o valor total da produção, de acordo, respectivamente, com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e com as pesquisas anuais referentes ao ano de 2023 (IBGE, 2023a, 2023b, 2023c).

Na tabela e nas figuras, o valor da produção do extrativismo vegetal é apresentado separadamente para extrativismo madeireiro e não madeireiro, sendo que o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) apresenta dados de três produtos madeireiros: lenha, madeira em tora para papel

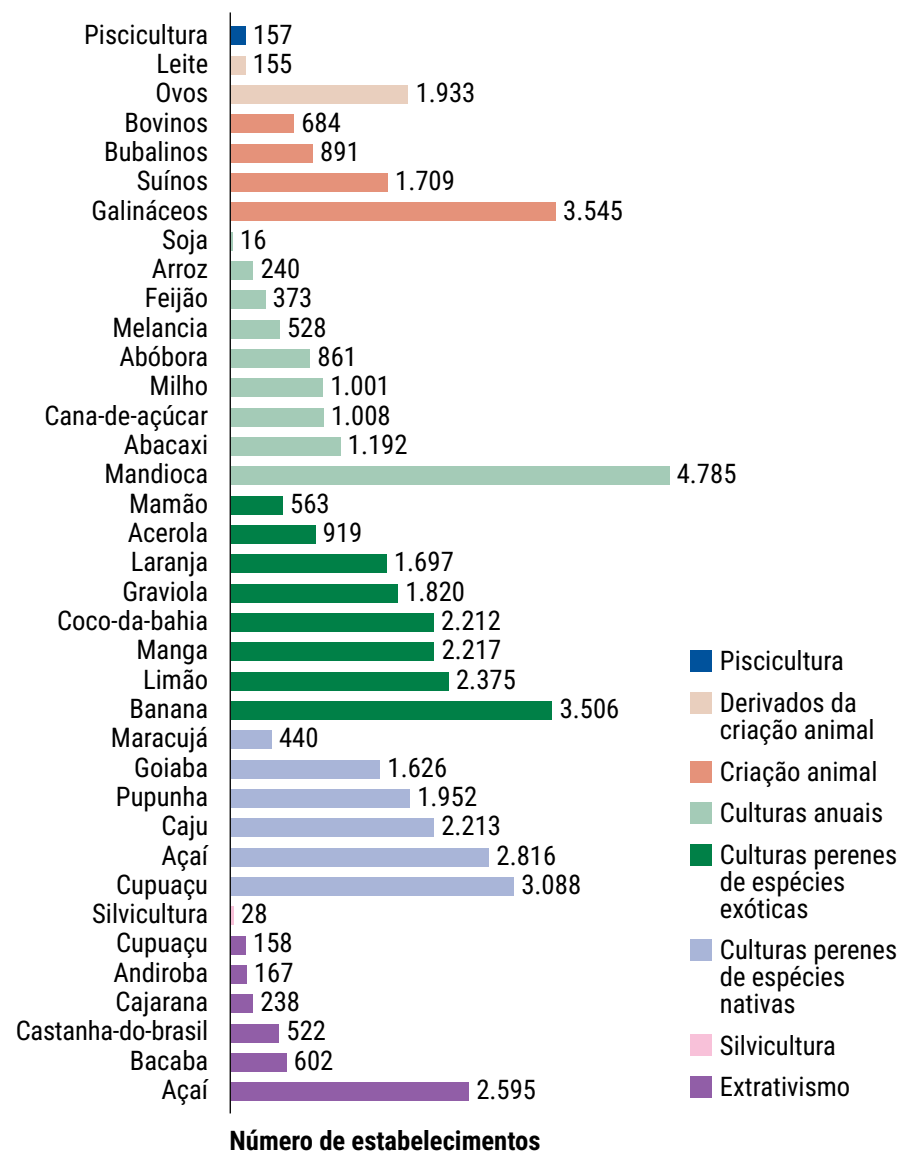


Figura 3.6. Número de estabelecimentos agropecuários com registro de produção no estado do Amapá.

Fonte: IBGE (2017).

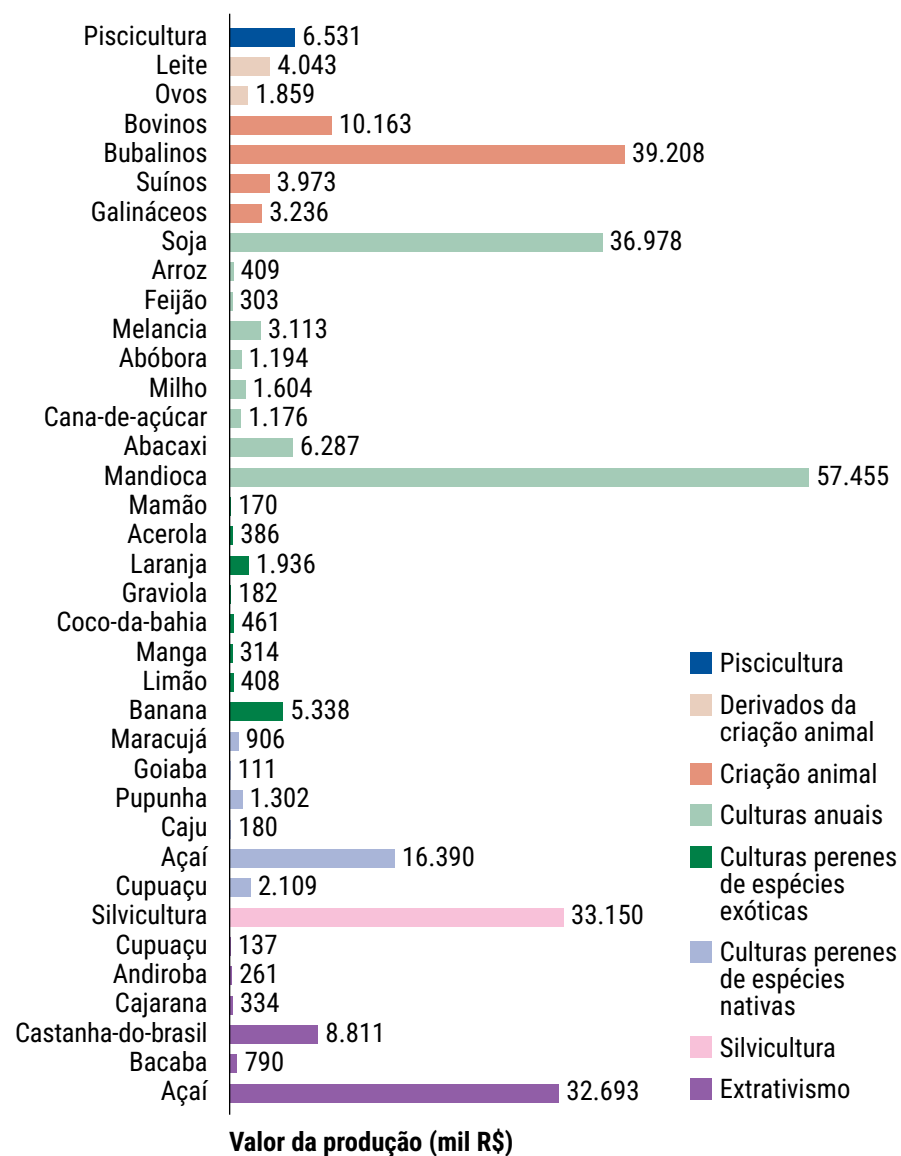


Figura 3.7. Valor (em mil R\$) das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Amapá, conforme o Censo Agropecuário de 2017.

Fonte: IBGE (2017).

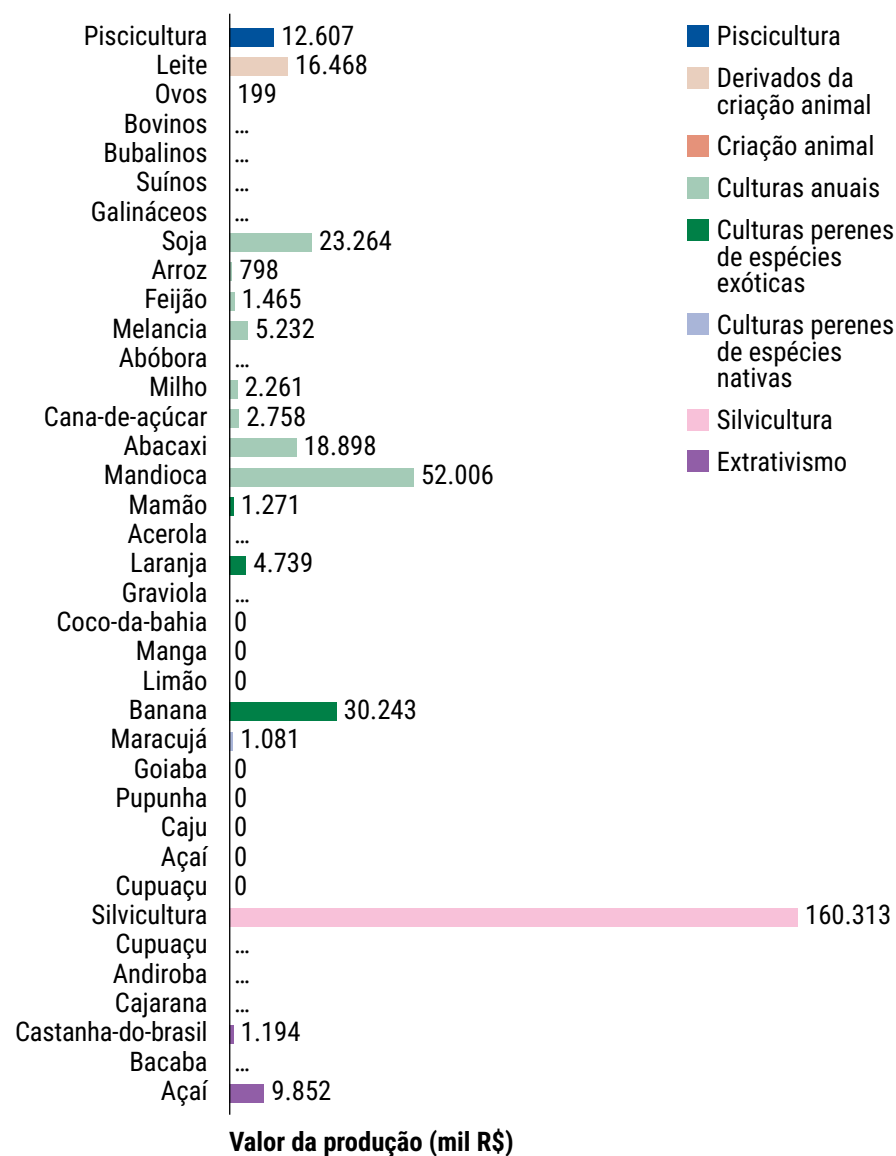


Figura 3.8. Valor (em mil R\$) das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Amapá, conforme as estimativas de 2023.

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Fonte: IBGE (2023a, 2023b, 2023c).

Tabela 3.12. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Amapá.

Produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura	Agro 2017 ⁽¹⁾		PAM, PEVS e PPM 2023 ⁽²⁾	
	Valor (mil R\$)	Participação no valor total (%)	Valor (mil R\$)	Participação no valor total (%)
Extrativismo não madeireiro	43.953	14,7	11.083	2,7
Extrativismo madeireiro	11.255	3,8	59.459	14,7
Culturas perenes: espécies nativas	21.035	7,1	1.081	0,3
Culturas perenes: espécies exóticas	9.740	3,3	36.253	9,0
Culturas anuais: agricultura familiar	64.283	21,6	106.682	26,4
Culturas anuais: agricultura empresarial	44.508	14,9		
Silvicultura	33.150	11,1	160.313	39,6
Pecuária: venda de bovinos	10.163	3,4	...	...
Pecuária: venda de outras criações	47.175	15,8	...	...
Produtos da criação animal (leite, ovos, mel)	6.150	2,1	17.168	4,2
Piscicultura e aquicultura	6.744	2,3	12.607	3,1
Total	298.156	100,0	404.646	100,0

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 relacionadas a todas as suas categorias: produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a), produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b) e produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a, 2023b, 2023c).

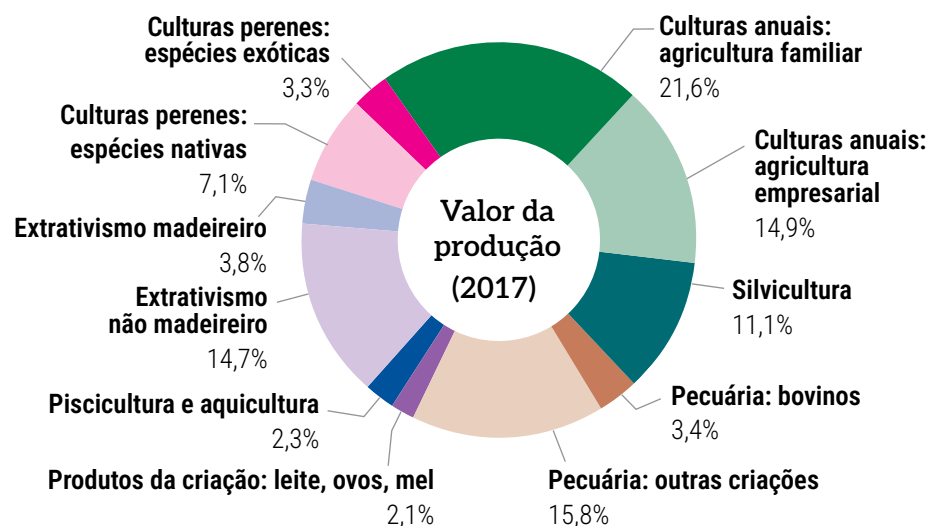


Figura 3.9. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Amapá, em relação ao valor total, conforme o Censo Agropecuário de 2017.

Fonte: IBGE (2017).

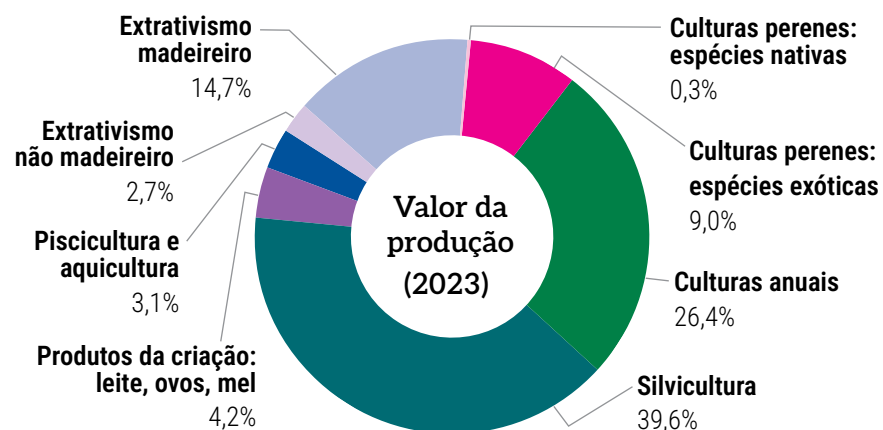


Figura 3.10. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Amapá, em relação ao valor total, conforme as estimativas de 2023.

Fonte: IBGE (2023a, 2023b, 2023c).

e madeira em tora para outras finalidades. Já as estimativas anuais de IBGE (2023b) relativas à extração vegetal madeireira incluem dados para lenha, madeira em tora (de forma agregada) e carvão vegetal – que não consta da relação reportada por IBGE (2017).

Na Tabela 3.12, os produtos da agricultura são apresentados em quatro categorias: culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas, culturas anuais produzidas pela agricultura familiar e culturas anuais produzidas por outros estabelecimentos agropecuários (aqui designados como agricultura empresarial). Esta última distinção, contudo, só está disponível em IBGE (2017). Outra diferença importante entre as duas fontes de dados reside no fato de que, ao contrário de IBGE (2017), que informa o valor do rebanho comercializado no ano de referência, as estimativas de 2023 para a produção da pecuária exceto para piscicultura e aquicultura (IBGE, 2023c) não incluem a receita da venda de animais, limitando-se a reportar o valor da produção derivada da criação animal (leite, ovos, mel); isso reduz significativamente a porcentagem do valor derivado da produção animal quando comparada com os dados de IBGE (2017).

Conforme apresentado, constata-se que o conjunto das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado alcançou, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o valor de R\$ 298 milhões, sendo que o valor da produção de culturas anuais produzidas pela agricultura familiar representou 22% deste total. Em seguida, aparece a receita derivada da venda de rebanho animal (exceto bovinos), e, neste caso, predomina a venda de bubalinos, com 16% do total, seguida de culturas anuais produzidas pelo agronegócio e do extrativismo não madeireiro, ambos com cerca de 15%. Já as estimativas para 2023 obtidas a partir das pesquisas anuais do IBGE (2023a, 2023b, 2023c), que não incluem a receita da venda do rebanho animal, totalizam R\$ 405 milhões, dos quais 40% são provenientes da silvicultura, seguida das culturas anuais (26%) e do extrativismo madeireiro (15%).

3.5

Indicadores sociais

Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) no estado do Amapá indicam, para julho de 2025, um total de 212.314 famílias inscritas. Embora não exista uma correspondência exata entre o número de famílias e o de domicílios particulares permanentes, que, no Amapá, totalizaram 201.021, conforme apurado pelo Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), o número de famílias inscritas no CadÚnico era superior ao de domicílios no estado. Desse total, cerca de 124 mil famílias (58,3%) correspondiam àquelas em condição de maior vulnerabilidade ou em situação de pobreza, enquanto cerca de 34 mil (16%) eram consideradas de baixa renda. A Figura 3.11 indica que cerca de 56% das famílias inscritas no CadÚnico no estado do Amapá são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que esse percentual alcançava 86% das famílias em situação de pobreza e 37% das famílias de baixa renda.

Em 2022, o estado do Amapá apresentou produto interno bruto (PIB) per capita de R\$ 32.194 (IBGE, 2024), equivalente a 64,9% do PIB per capita nacional para o mesmo ano (R\$ 49.638,20).

Criado em 1990, o índice de desenvolvimento humano (IDH) global vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi desenvolvido como alternativa ao PIB,

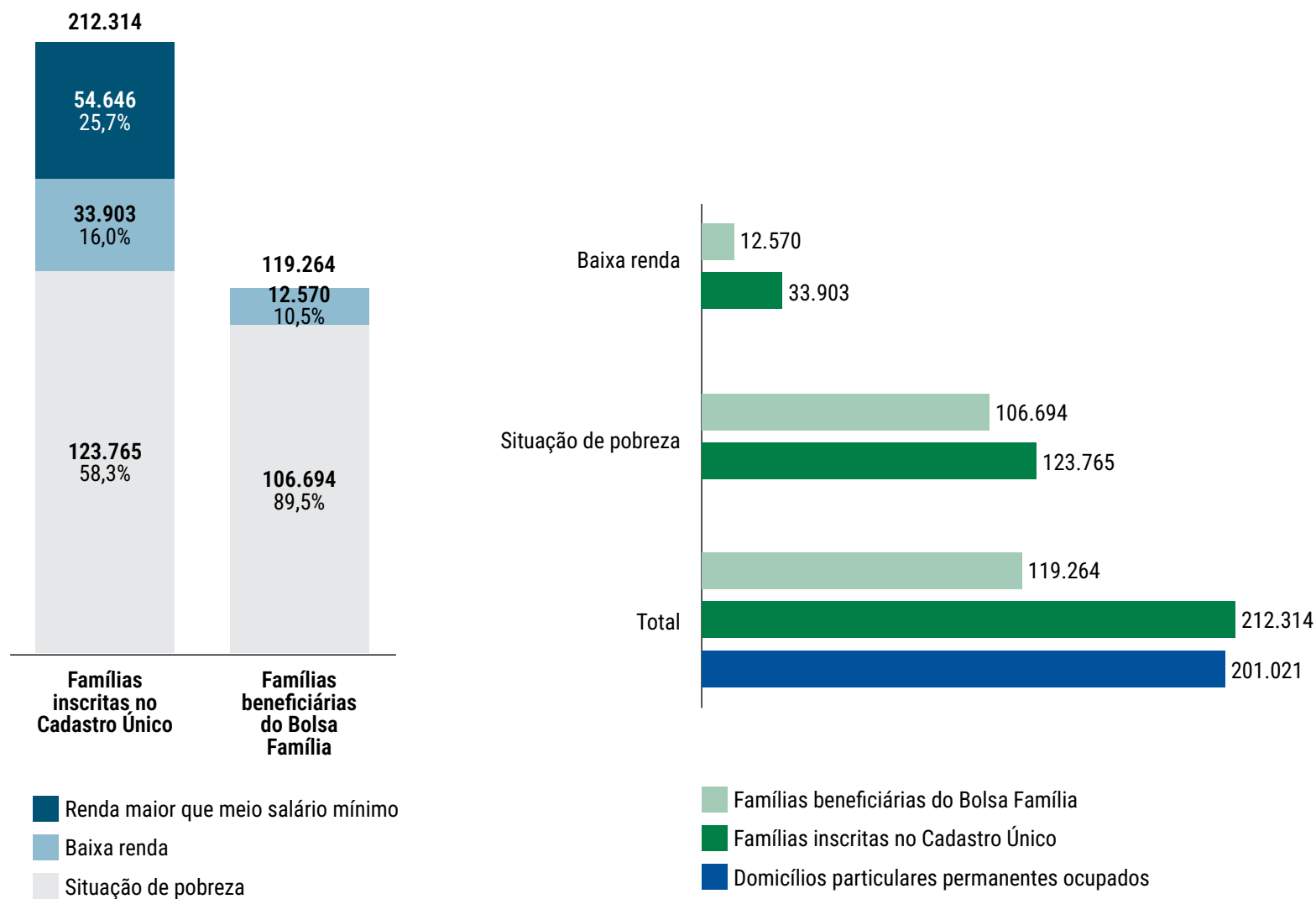


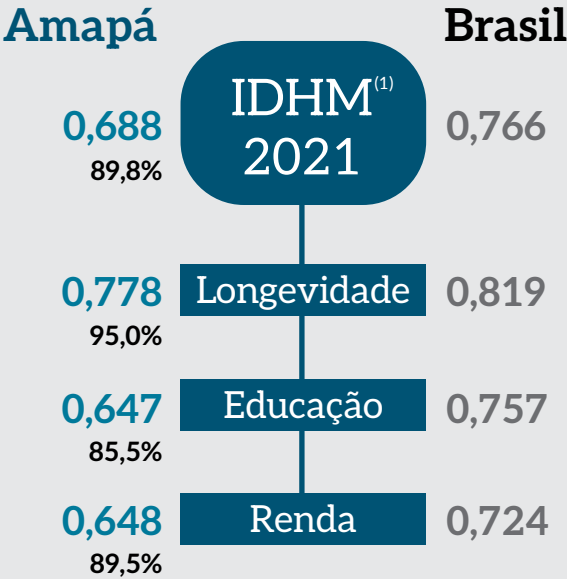
Figura 3.11. Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no estado do Amapá.

Fonte: IBGE (2022a) e Brasil (2025a, 2025b).

para enfatizar que as pessoas e o desenvolvimento de suas capacidades devem estar no centro das decisões ao avaliar o desenvolvimento de um país (Atlas.Br, 2024).

No Brasil, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é composto pelas mesmas três dimensões do IDH global – longevidade, educação e renda – e ajusta a metodologia global à disponibilidade de indicadores nacionais. O IDHM utiliza dados tanto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como dos censos demográficos para sua construção. Considerando as três dimensões do IDHM, o desempenho do estado do Amapá, em 2021, calculado com base nos dados da PNAD, foi de 0,688, sendo que o melhor resultado foi para a dimensão “longevidade” (0,778), seguida de “renda” (0,648) e “educação” (0,647) (Atlas.Br, 2021). Em comparação com o IDHM calculado para o País, o resultado para o Amapá variou de 85,5% (educação) a 95,0% (longevidade), sendo que o IDHM geral do estado representou 89,8% do total nacional (Pnud Brasil, 2024).

O IDHM afere as condições de vida e acesso às oportunidades para indivíduos que lhes permitam, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam. Já o índice de vulnerabilidade social (IVS), criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir de dados do censo demográfico, complementa o IDHM ao aferir situações que desfavorecem a inserção social e oportunidades. Os valores do IVS são expressos em uma escala de 0 a 1 com três casas decimais, em que 0 corresponde à ausência de vulnerabilidade e 1 à vulnerabilidade máxima. O IVS é classificado em cinco intervalos correspondentes a graus qualitativos de vulnerabilidade (0 – 0,200, muito baixo; 0,201 – 0,300, baixo; 0,301 – 0,400, médio; 0,401 – 0,500, alto; e acima de 0,50, muito alto). O IVS para o estado do Amapá, no ano de 2010, era de 0,396 (Figura 3.12). Dos três subíndices do IVS, o de maior vulnerabilidade no estado era o capital humano (0,448), enquanto infraestrutura urbana apresentava o melhor desempenho (0,351).



⁽¹⁾ IDHM: Índice de desenvolvimento humano municipal.
Fonte: Atlas.Br (2021, 2024) e Pnud Brasil (2024).

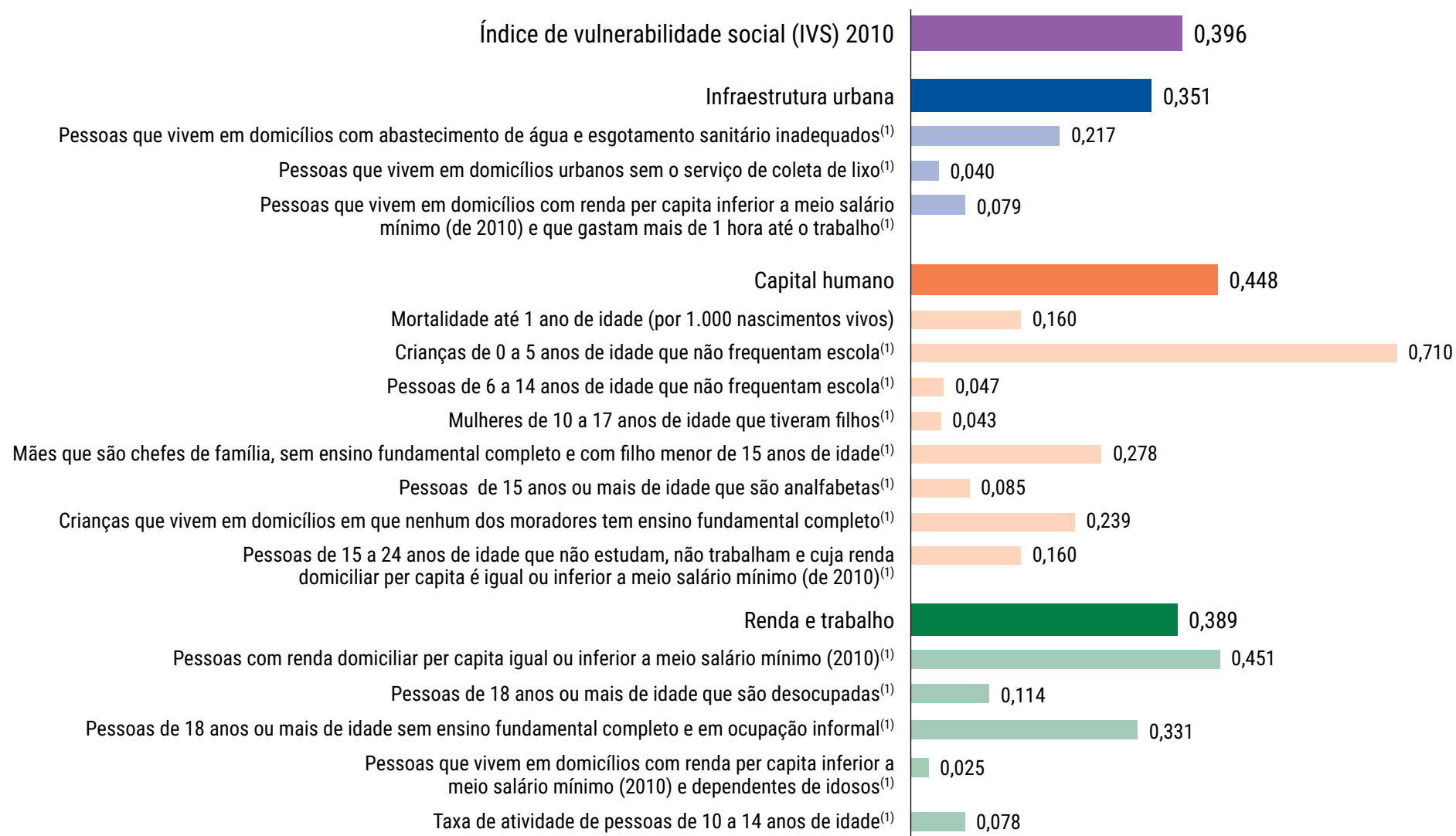


Figura 3.12. Índice de vulnerabilidade social (IVS) do estado do Amapá em 2010, incluindo subíndices.

⁽¹⁾ Valores originais dos componentes de cada eixo do IVS (em porcentagem) são expressos como fração decimal.

Fonte: Adaptado de Ipea (2010).

O índice de progresso social Brasil (IPS Brasil) é uma iniciativa do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em parceria com outros órgãos. Conforme apresentado na Figura 3.13, o IPS Brasil 2024 alcançava 55,76 para o estado do Amapá. O componente de melhor desempenho no estado resultou ser “fundamentos de bem-estar” (62,71), com destaque positivo para o indicador “acesso à informação e comunicação” (67,42) e negativo para “saúde e bem-estar” (56,84). A dimensão “necessidades humanas básicas” vem em seguida (57,88), com melhor desempenho para o indicador “moradia” (76,66) e pior desempenho para o indicador “água e saneamento” (39,49). Dentre as três dimensões do IPS Brasil, a que apresentou pior desempenho no estado do Amapá foi “oportunidades” (46,68), sendo que o destaque negativo foi atribuído a “direitos individuais” (41,07).

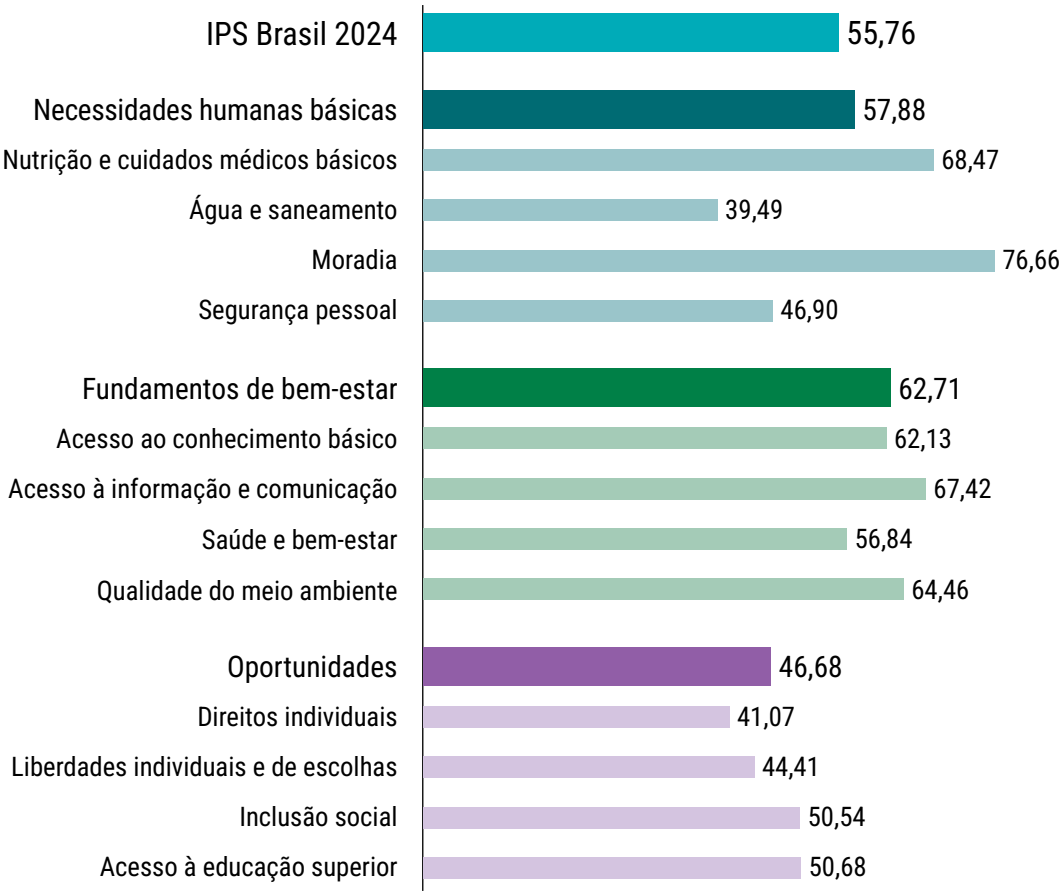


Figura 3.13. Índice de progresso social Brasil (IPS Brasil) de 2024 do estado do Amapá.

Fonte: IPS Brasil (2024).

3.6

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Cursos d'Água**: base hidrográfica Ottocodificada Multiescalas 2017 (BHO 2017). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://metadados.inde.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/0c698205-6b59-48dc-8b5e-a58a5dfcc989>. Acesso em: 15 out. 2024.

ATLAS.BR. **Desenvolvimento humano**. 2024. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 8 maio 2025.

ATLAS.BR. **Ranking**. 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 8 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 6, 11 jul. 2002.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira**. Brasília, DF, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Vis Data 3 beta**. Brasília, DF, 2025b. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC**. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protegidas/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 15 out. 2024.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Observatório terras quilombolas**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>. Acesso em: 15 out. 2024.

FUNAI. **Terras indígenas**: dados geoespaciais e mapas. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBAMA. Decisão do Ibama sobre pedido de licença para perfuração no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas. **Parecer Técnico nº 128/2023-Coexp/CGMac/Dilic**. Brasília, DF, 2023. 22 p. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibama-nega-licenca-de-perfuracao-na-bacia-da-foz-do-amazonas/parecer-coexp-fza-59.pdf/view>. Acesso em: 18 maio 2023.

IBGE. **Bases Cartográficas Contínuas - Brasil**: escala 1:250.000 – BC250, versão 2023. Rio de Janeiro, 2023d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuaria/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos#extracao-vegetal>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo demográfico 2022**: população e domicílios - primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=36516&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM**. Rio de Janeiro, 2023c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal - PAM**. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS**. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: análise das condições de vida da população brasileira: 2023. Rio de Janeiro, 2024. 152 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

INCRA. **Projetos de assentamentos total**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Brasília, DF, 2025. Acesso em: 15 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **TerraBrasilis. PRODES (Desmatamento)**. 2025. Disponível em: <https://terraBrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>. Acesso em: 25 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Painel de dados**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados>. Acesso em: 15 jul. 2025a.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Situação atual das terras indígenas.** Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025b.

IPEA. **Índice de Vulnerabilidade Social.** 2010. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/>. Acesso em: 15 maio 2025.

IPS BRASIL. **Índice de Progresso Social Brasil 2024:** qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil. Belém, PA: Imazon, 2024. Disponível em: https://fly.storage.tigris.dev/small-sky-6309/bb244d50-af79-4b62-9b2a-4c001f16ffc8-relatorio_completo.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

MAPBIOMAS. **Coleção 9 do MapBiomias.** Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. 2025. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/cobertura>. Acesso em: 15 maio 2025.

MAPBIOMAS. **Descrição das classes da legenda da coleção 9 do MapBiomias Brasil.** Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/08/Legenda-Colecao-9-Descricao-Detalhada-PDF-PT.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024a.

MAPBIOMAS. **O que é MapBiomias.** Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/faq/o-que-e-o-mapbiomas/>. Acesso em: 30 dez. 2024b.

PLANET LABS PBC. **Latest PS Tropical Visual Biannual Archive – Tropical Forest Observatory (TFO).** [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.planet.com/tropical-forest-observatory/>. Acesso em: 15 out. 2024.

PNUD BRASIL. **Painel IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.** 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm>. Acesso em: 30 out. 2024.

RABELO, B. V. (coord.). **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá:** primeira aproximação do ZEE. 3. ed. Macapá: Iepa, 2008. 139 p. Disponível em: <http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/macrodiagnostico.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.